

Acordo da dívida é ESTADO DE SÃO PAULO analísado no Senado

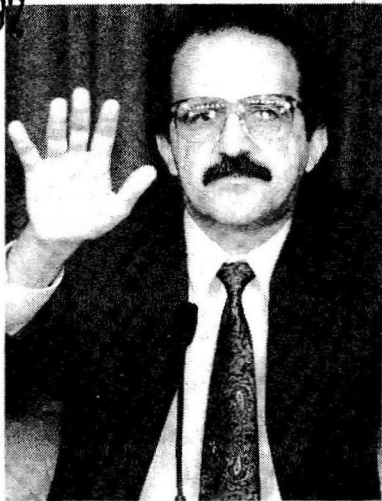
BEATRIZ ABREU 16 NOV 1992

Wilson Pedrosa/AE

BRASÍLIA — O presidente em exercício, Itamar Franco, encaminha hoje ao Senado os termos do acordo (term sheet) de reescalonamento da dívida de US\$ 42 bilhões. O governo negocia com os senadores para que o term sheet esteja aprovado pela Comissão de Economia e pelo plenário até o início de dezembro, quando os ministros da Fazenda, Gustavo Krause, e do Planejamento, Paulo Haddad, irão para Washington apresentar o programa de governo de Itamar Franco.

A aprovação do term sheet será o cartão de visita dos ministros Krause e Haddad. "É importante chegar a Washington com os termos do acordo aprovado", admitiu o ministro da Fazenda. Os ministros seguem para Washington no dia 5, acompanhados por um grupo de senadores, com uma extensa agenda: nos quatro dias da viagem serão feitos contatos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (Bird) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além de reunião com empresários norte-americanos.

Aprovado o term sheet, terá início o processo de adesão ao acordo de renegociação da dívida de US\$ 42 bilhões. A expectativa do governo é de que até o primeiro trimestre do próximo ano o acordo já possa estar vigorando. Nesta época, será necessário o primeiro aporte de recursos brasileiros para a compra de garantias — títulos do Tesouro dos Estados Unidos — ao pagamento da dívida, que foi convertida em bônus de cur-



Paulo Haddad

*Contatos dia 5 com o FMI
Bird e BID, nos EUA*

to e longo prazo. As negociações com o FMI, Bird e BID são importantes porque estes organismos responderão pela outra parcela dos recursos para a compra dos títulos norte-americanos que serão entregues aos bancos credores.

Esta reunião com o FMI será a retomada das negociações para a formalização de um novo acordo com o Fundo Monetário. O acordo assinado pelo ex-ministro Marcílio Marques Moreira está suspenso desde junho devido à crise política do processo de impeachment do presidente Fernando Collor e ao descumprimento das metas, por causa da aceleração da inflação.